

Futebol em tempos de ditadura civil-militar¹

LÍVIA GONÇALVES MAGALHÃES*

A “paixão nacional”: o futebol e o Brasil

Desde o final do século XIX, passando todo o século XX e agora entrando o século XXI, a história brasileira tem o futebol como importante ator. A história do futebol brasileiro mostra que este esporte reflete os diversos momentos pelo qual passou nosso país, e vai ganhando espaço e se consolida como “esporte nacional” ao mesmo tempo em que a nossa própria identidade brasileira é construída. E, claro, passa também a ser um elemento fundamental desta identidade e de nossa cultura.

Por seu forte caráter mobilizador e por ser parte da cultura e da identidade nacional do brasileiro, o futebol não escapou de ser objeto de interesse de governos e políticos. Este não é um fenômeno exclusivo do Brasil, ao contrário, ele é bastante comum em diversas partes do mundo. Diferente do que é comum pensar-se não são somente regimes autoritários que utilizam o esporte a seu favor, existem também casos de governos democraticamente eleitos que não perderam a oportunidade de se beneficiar com a imagem futebolística.

É verdade que o futebol de maneira geral, os clubes, a prática do esporte e os campeonatos nacionais foram alvo de interesse e até intervenção do Estado desde a chegada deste esporte no nosso país. Mas sem dúvida o principal “alvo” de interesses políticos é a seleção brasileira, que foi instrumento para muitos de nossos governantes, principalmente nos projetos de construção de nossa identidade, passando por ditaduras e até em períodos democráticos.

Neste trabalho, o objetivo é apresentar algumas considerações sobre relações entre política e futebol no Brasil durante um determinado momento da época *moderna* do futebol, aquela que iniciou-se com sua popularização e teve como principal

¹Este trabalho é parte de um projeto da Ação Educativa do Arquivo Público do Estado de São Paulo, a coleção Ensino e Memória. O primeiro volume é *Histórias do Futebol*, que serve de base para esta comunicação. As imagens aqui incluídas também são parte do livro e do próprio Arquivo Público. Agradeço à toda a equipe pelo apoio e pela oportunidade.

*Doutoranda em História Social na Universidade Federal Fluminense, Projeto “Copa do Mundo e ditadura militar: o consenso social através do futebol. Brasil 1970 e Argentina 1978”, sob a orientação da Professora Doutora Samantha Viz Quadrat. E-mail: liviagm@yahoo.com.br

característica sua associação com estados nacionais em afirmação durante o século XX (GIULIANOTTI, 1999).² No Brasil, esta etapa do futebol como esporte da era moderna coincidiu com as experiências de democracias populistas e regimes ditatoriais, no período que vai desde o fim da República Velha com a ascensão de Getúlio Vargas em 1930 até o fim da Ditadura Civil-Militar.³ Este último período será o foco de análise desta comunicação, especialmente os usos pelo regime do principal evento deste esporte: As Copas do Mundo da FIFA.

As Copas da ditadura

Em março de 1964, com forte apoio de parte da sociedade civil, os militares depuseram o Presidente João Goulart e instauraram, por meio de um golpe de Estado, um novo regime que durou 21 anos. Numa linguagem futebolística, foram cinco Copas do Mundo, uma delas selando o tricampeonato. Uma das primeiras medidas no campo esportivo foi o cancelamento por parte da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) de um amistoso contra a União Soviética, uma tentativa do governo anterior de uma aproximação diplomática através do esporte, o que não interessava aos militares. Diferente do que aconteceu com Ministérios, governos e entidades de maneira geral, o presidente da CBD, João Havelange, manteve seu cargo. Havelange já mostrava parte de sua personalidade que se destacaria em seus anos de presidente da FIFA, sua capacidade de adaptação a qualquer sistema político.

Na primeira Copa que a seleção disputaria sob a conjuntura da nova ditadura, na Inglaterra em 1966. Antes da viagem, Castello Branco seguiu o ato de seus antecessores e recebeu os jogadores, demonstrando seu apoio e confiança do time. Mas a participação brasileira seria desastrosa, até hoje a pior em todas as Copas. Após o bicampeonato em 1958 e 1962, o otimismo marcava a participação brasileira, que contava com Pelé e Garrincha no elenco, e com o retorno de Vicente Feola à posição de

²Como ferramenta de análise, optei por trabalhar com a proposta de Richard Giulianotti de que como esporte moderno, o futebol pode ser dividido em três momentos: o tradicional, que seria de seu nascimento na elite; o moderno, sua popularização com a revolução fordista; e o pós-moderno, o futebol e sua relação com o marketing e a comunicação (GIULIANOTTI, 1999). Ainda que esta seja uma análise que foca os países europeus, ajuda a compreender e analisar a realidade brasileira, e servirá como base para pensarmos o futebol no Brasil.

³Durante a República Velha, o uso do futebol por parte do Estado foi ocasional e esporádico. Foi somente a partir de Getúlio Vargas que este esporte passa a ser usado frequentemente pelo Estado a seu favor.

técnico. A Copa foi vencida pelos ingleses, e o evento ficou marcado pela violência em campo e também pelo confronto entre dois modelos de futebol: o futebol-arte, jogado pelos latino-americanos, e o futebol-força, jogado pelos europeus. A vitória inglesa e a derrota brasileira levaram à crença, muito difundida na época, de que a técnica europeia finalmente superava a arte do futebol da América Latina. Ou seja, se quisesse voltar a vencer, o Brasil teria que ceder ao futebol-força.

A derrota e a péssima campanha (a pior do Brasil em Copas do Mundo até hoje) geraram uma crise no futebol nacional. Ao retornar ao país, a seleção foi escoltada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) no desembarque. A derrota foi levada tão a sério pelo regime que foi organizada uma Comissão para investigá-la; tudo seria feito para impedir um novo fracasso. Anos depois, alguns jogadores e parte da comissão técnica assumiram ter sofrido pressões externas à delegação durante o campeonato. Feola disse que a decisão de alterar a escalação do time contra Portugal não foi sua, mas de terceiros. Havelange sentiu a pressão oficial, e a partir de então a CBD se moldava cada vez mais no estilo militar, o que ficou conhecido como a militarização da CBD e da delegação. As devidas providências foram tomadas pensando na próxima Copa, em 1970, no México (GUTERMAN, 2009).

Em 1969, com a doença e posterior falecimento do presidente Costa e Silva, foi eleito pelo Colégio Eleitoral o General Emílio Garrastazu Médici, após o governo temporário de uma Junta Militar. Com Médici, as relações entre política e futebol se intensificaram. O general era um fanático do esporte, e fazia questão de divulgá-lo, assim como a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), órgão responsável pela propaganda oficial. Para a AERP, o dueto futebol e Médici caiu como uma luva na construção de uma imagem positiva do líder e de sua aproximação com os setores populares. A seleção também seria bastante utilizada, principalmente após a conquista do tricampeonato, quando associou-se a vitória em campo com o próprio modelo de país (MAGALHAES, 2008).

A nona Copa do Mundo foi realizada no México em 1970. A seleção conseguiu a classificação em 1969, antes da chegada de Médici à presidência, sob o comando do jornalista João Alves Jobin Saldanha, ex-técnico do Botafogo do Rio de Janeiro, conhecido principalmente por ser um dos maiores críticos da seleção, além de comunista assumido. Sua escolha como técnico até hoje não foi de todo esclarecida. A

versão mais aceita é a de que João Havelange concordou com a opção por Saldanha por duas razões: a primeira, para acalmar a imprensa, que tanto atacava a seleção, colocando logo um dos maiores críticos como técnico; a segunda seria por conta de sua popularidade (RODRIGUES, 2007).

Em um primeiro momento, a escolha parecia acertada. A seleção, conhecida como “as feras de Saldanha”, classificou-se para a Copa sem dificuldades. Mas os problemas não tardaram. Um dos principais conflitos do técnico teria sido diretamente com o Presidente Médici, que todos sabiam ser um fanático por futebol. O Presidente achava que o jogador Dario, do Atlético Mineiro, deveria ser escalado para a seleção. Quando indagado sobre os palpites presidenciais em seu trabalho, Saldanha não se preocupou em responder com a acidez que o caracterizava: “Vamos combinar o seguinte: o senhor escala seu Ministério, eu escalo a seleção.” (MILLIET, 2006). Também preocupava os militares a imagem do próprio regime, já que boatos afirmavam que o técnico levava documentos para o exterior denunciando a violência do governo, o que era constantemente negado oficialmente. Para piorar a situação, Saldanha desentendeu-se com a estrela da seleção, Pelé. O então ministro da Educação e Desportos Jarbas Passarinho, afirmou que a situação e a crise na seleção afetavam diretamente o país, que era uma questão de interesse nacional e exigiu explicações. Havelange foi convocado para conversar com o próprio Ministro e com o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), o general Carlos Alberto de Fontoura; com o chefe do Gabinete Civil, João Leitão de Abreu; e o chefe do Gabinete Militar, João Baptista Figueiredo. Foi quando a seleção tornou-se definitivamente um modelo militar, ordenada e disciplinada (MAGALHAES, 2008).

Até hoje, tanto a contratação como a saída de Saldanha permanecem como incógnitas do mundo esportivo brasileiro. O treinador foi afastado e, em seu lugar, assumiu o ex-jogador e bicampeão Mário Jorge Lobo Zagallo, quem afirma que não houve qualquer interferência do regime na seleção.

No contexto do evento, os militares também se aproveitavam de outras variáveis além da participação brasileira. Pela primeira vez, os jogos seriam transmitidos ao vivo pela televisão, o que resultou em uma arma nas mãos da propaganda oficial do regime. O governo conseguiu associar o bom momento econômico com a possibilidade de adquirir televisores e assim acompanhar a seleção ao vivo e em casa (MATOS, 2002).

A Copa começou no dia 31 de maio, e a seleção brasileira gozava do status de ser uma das favoritas. Antes da Copa, Médici também recebeu os jogadores em uma recepção de despedida, ato já comum para os presidentes brasileiros. Durante o evento, Médici fez o possível para associar a imagem da seleção a do regime e à sua própria. O presidente apareceu na televisão fazendo embaixadinhas, ligou e mandou telegramas para a delegação, e no dia da vitória, com o povo nas ruas comemorando, abriu as portas do Palácio da Alvorada, a residência presidencial, para a população. É claro que não faltou uma grande recepção no retorno dos tricampeões, tudo muito bem registrado e divulgado massivamente pelos meios de comunicação (FICO, 1997).



O presidente Médici e a Julio Rimet (Imagem cedida pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo APESP – ICO UH 0798).

Um exemplo do uso do regime do evento para difundir sua lógica foi o caso do seqüestro do embaixador alemão Ehenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben, por um grupo armado da oposição, que ocorreu durante a Copa. De acordo com o governo, a ação dos “subversivos” gerou uma comoção tal nos jogadores no México que poderia influenciar em sua atuação nos campos. Ou seja, o regime utilizava o momento da Copa de 70 para gerar um consenso social, neste caso estabelecido a partir da idéia de que os grupos armados também afetavam a seleção.

O governo fez questão de destacar o Planejamento México, plano de treino elaborado para a seleção antes da Copa, que incluía aclimatar-se na altitude das cidades mexicanas. Destacou-se a disciplina militar, o trabalho, o esforço, com o objetivo de associar à vitória ao próprio modelo de sociedade que o regime pregava, tudo baseado

na lógica militar (MAGALHÃES, 2008). Esta associação entre preparação técnica e vitória permitia aos militares associar também a vitória à uma suposta vocação brasileira em cumprir os projetos do país, e assim alcançar o lugar de potência internacional. Tudo, claro, desde a lógica desenvolvimentista do projeto militar.

Mas apesar do perfil militarizado, da rigidez técnica e de tudo indicar para uma seleção que tentaria seguir o modelo europeu do jogo, o grupo que representou o Brasil na Copa encheu os olhos do mundo com uma belíssima apresentação do chamado futebol-arte. O povo saiu às ruas para comemorar, embalado pela música da conquista:

Noventa milhões em ação/ Pra frente Brasil, no meu coração/ Todos juntos, vamos pra frente Brasil/ Salve a seleção!!!/ De repente é aquela corrente pra frente,/ parece que todo o Brasil deu a mão!/ Todos ligados na mesma emoção,/ tudo é um só coração!/ Todos juntos vamos pra frente Brasil!/ Salve a seleção! (Miguel Gustavo *apud* AQUINO, 2002; GUTERMAN, 2009).

Os militares não deixaram de se beneficiar com a vitória esportiva. A própria marchinha que se tornou símbolo da vitória era uma associação entre o país e a seleção. O futebol era um elemento que permitia ao regime promover as supostas união nacional e diversidade, em um espaço que não passava pelo setor político. Os responsáveis pela Agência Especial de Relações Públicas (AERP), incumbida da propaganda do regime, não tiveram dificuldades para convencer as autoridades sobre a importância do momento, nem de usá-lo a favor do governo. Não foram poucos os políticos que perceberam a popularidade da seleção e procuraram também tirar proveito da situação apoiando o discurso oficial e posando ao lado dos jogadores na grande recepção feita por Médici em Brasília.

A conquista da Copa de 1970 foi o coroamento do futebol brasileiro, reconhecido em sua majestade em todo o mundo. Pelé, o rei, era o símbolo do país do futebol. O ufanismo do regime utilizou a imagem da vitória esportiva como uma metáfora do país, cujos bons índices econômicos pareciam respaldar o discurso oficial.



Seleção Brasileira com o presidente Médici, 1970 (Imagem cedida pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo APESP – ICO MOV 15625).

Mas a ditadura ainda teria vida longa, ou se nos mantivermos no campo futebolístico, ainda faltavam três Copas antes de os militares devolverem o poder aos civis. Como veremos, tais torneios não tiveram a mesma repercussão nem foram um instrumento de propaganda tão favorável para o regime como o de 1970.

A décima Copa do Mundo ocorreu em 1974, na Alemanha Ocidental. A delegação brasileira foi organizada de maneira ainda mais militarizada que no evento anterior. Zagallo foi novamente o técnico, e a base da seleção era a mesma da Copa no Chile, mas sem os astros Pelé e Tostão. Mas o time brasileiro não pôde com o *Carrossel holandês* nas semifinais, e amargou um quarto lugar.

O futebol brasileiro saiu da Copa de 74 enfraquecido e considerado ultrapassado, mais uma vez, em relação ao futebol europeu. A seleção não despertava mais a paixão dos anos anteriores, mas, mesmo assim, o regime não desistiu de buscar no futebol um canal de apoio popular, e na Copa seguinte a militarização seria mantida.

A décima primeira Copa do Mundo foi realizada na Argentina em 1978. O país cede vivia um regime ditatorial civil-militar marcado pela perseguição e pelo desaparecimento de opositores ao governo. Dessa forma, a realização do evento foi um importante elemento na renovação de consenso pelos militares argentinos, e a Copa foi associada ao próprio projeto de Nação que eles tinham. Porém, o regime não se contentou com a simples realização do evento e ansiava pela vitória de sua seleção.

A seleção brasileira foi comandada por Cláudio Coutinho, que já fora membro da comissão técnica. Naquela Copa, importantes nomes do futebol brasileiro

participaram, dentre os quais se destacaram Reinaldo, ídolo do Atlético Mineiro; Zico (Arthur Antunes Coimbra), ídolo do Flamengo; e Roberto Dinamite (Carlos Roberto de Oliveira), ídolo do Vasco da Gama. Preocupado com uma apresentação insatisfatória da seleção e uma nova participação negativa como a de 1974, o regime militar dessa vez interferiu diretamente no time.

A CBD estava sob o comando do almirante Heleno Nunes, que mandou o técnico Cláudio Coutinho escalar Jorge Mendonça, do Palmeiras, e Roberto Dinamite, este último no lugar de Reinaldo. O jogador do Atlético Mineiro era um atleta problemático para o regime. Grande craque e ídolo da torcida, Reinaldo tinha o costume de comemorar seus gols com o braço erguido e o punho fechado, gesto parecido ao do grupo marxista norte-americano Pantera Negra. Além disso, certa vez foi fotografado com um livro do líder soviético socialista Vladimir Lenin nas mãos. Para os militares brasileiros, tais atitudes eram um desafio à sua autoridade (GUTERMAN, 2009).

Mas naquela vez a sorte parecia estar com os militares, tanto que o gol da vitória contra a Áustria foi feito justamente por Roberto Dinamite. O Brasil conseguiu a classificação para a fase seguinte, mas em segundo lugar, o que significava estar no grupo dos donos da casa. Para muitos, essa foi a razão para a desclassificação brasileira. Foi quando a ditadura argentina mostrou que não estava disposta a perder a oportunidade de ser campeã do mundo. A partida entre Brasil e Polônia foi marcada para algumas horas antes do confronto entre Peru e Argentina, o que dava aos últimos a vantagem de saber por qual resultado jogar. Segundo consta, a FIFA atendeu a um pedido das emissoras de TV argentinas, que diziam estarem se adaptando à transmissão em cores (GILBERT E VITAGLIANO, 1998). Assim, com a vitória brasileira por 3X1, os argentinos entraram em campo sabendo que, para serem finalistas, tinham que ganhar com pelo menos 4 gols de vantagem. O Peru já estava desclassificado, o que só aumenta as suspeitas de que o jogo foi arranjado. O Presidente argentino, Jorge Rafael Videla, foi ao vestiário do adversário antes do início da partida, junto com Henry Kissinger, ex-membro do governo dos Estados Unidos, o que para muitos foi uma forma de pressão para garantir o resultado. Os que defendem a teoria do suborno afirmam que o governo argentino mandou para o Peru duas toneladas de trigo, além de dinheiro para alguns jogadores que fizeram parte do acordo. Sem nada confirmado até hoje, o que sabemos é que a Argentina venceu por 6X0 e garantiu seu lugar na grande final contra a Holanda.

Os brasileiros voltaram para casa sem nenhuma derrota, mas somente com o terceiro lugar, após vencer a Itália por 2X1. O técnico Cláudio Coutinho fez questão de declarar que o Brasil era o campeão moral do torneio.⁴

No Brasil, o futebol e o regime estavam em crise. A ditadura tornava-se cada vez mais insustentável e, temendo perder o controle da situação, os militares optaram por uma abertura “lenta, gradual e segura”, que lhes garantiu a manutenção da ordem social existente e a anistia para os militares acusados e envolvidos nos casos de tortura. Logo, a décima segunda Copa do Mundo em 1982 na Espanha, ocorreu num momento em que os brasileiros viviam o otimismo da possível abertura política, e naquele ano ocorreriam novamente eleições diretas para Governador. O futebol brasileiro também vivia um momento de esperança, como se tivéssemos reencontrado o caminho do jogo bonito e da vitória. O técnico era Telê Santana, primeiro técnico exclusivo e em tempo integral da seleção. O time brasileiro era mundialmente conhecido por seus espetáculos em campo. Era o time dos sonhos, com craques como Zico, Falcão e Sócrates. A seleção era a esperança de que o futebol-arte, nossa principal marca, ainda existia. Sócrates era o capitão do grupo e também um dos principais líderes da luta pela volta da democracia no país. A partir da experiência da *Democracia Corinthiana*, ele e seus companheiros mostraram que era possível negar a militarização da seleção e do futebol brasileiro, o que fora dominante em toda a década anterior.

No dia 5 de julho, a seleção canarinho deu adeus ao sonho do tetracampeonato ao perder para os italianos por 3X2. Com a derrota, Telê Santana abandonou a seleção, e a Itália conseguiu igualar o tricampeonato brasileiro ao vencer a Copa. Quando saíram do estádio, o técnico e os jogadores emocionaram-se com os gritos de “é campeão” de vários torcedores; e a solidariedade não parou por aí: “Telê emocionou-se, mais uma vez, ao ver uma faixa colocada perto do hotel onde a seleção estava hospedada: Nem sempre vence o melhor.” (RIBEIRO, 2000, p. 214 *apud* AQUINO, 2002, p. 105).

⁴A Argentina garantiu a Copa ao vencer a Holanda na prorrogação, e a ditadura conseguiu transformar em sua a conquista futebolística. No Estádio Monumental, palco dos principais jogos, entre eles o de abertura e o da grande final, a torcida argentina comemorava o título inédito, ovacionando o Presidente Videla e seus companheiros da Junta Militar que governavam o país. A menos de cem metros, na Escola Superior de Mecânica da Armada (ESMA), o maior centro clandestino de detenção do período, centenas de presos políticos eram torturados de forma violenta, enquanto ouviam os gritos de gol e a comemoração de um povo que enaltecia o governo repressor (MAGALHÃES, 2008).

O futebol e a ditadura

Apesar da importância da Copa de 70 para a imagem positiva do regime e das crises geradas pelos outros fracassos, o uso político do futebol não se limitou ao espaço da Copa do Mundo. Conscientes do potencial do esporte para os objetivos de seus projetos, os militares decidiram ir mais longe. Foi assim que em 1971 o futebol ultrapassou os domínios locais com a realização do primeiro Campeonato Brasileiro, e tornou-se de vez um grande investimento como benefício político. O novo Campeonato foi um sucesso, e resistiu até ao fim do regime, porém foi constantemente um espaço de disputas políticas, tanto para o governo como para os clubes e seus dirigentes.

Um importante momento para o presidente Médici foi o milésimo gol de Pelé, em 1969. Após o feito –que ocorreu em uma partida entre o Santos e o Vasco da Gama, no Maracanã, e o ídolo marcou de pênalti-, Pelé foi recebido pelo presidente em Brasília, e dele ganhou uma medalha de mérito nacional junto com o título de comendador. O atleta ainda desfilou pelas ruas da capital em carro aberto e virou selo comemorativo.

Em abril de 1970 foi inaugurada a Loteria Esportiva. A proposta conciliava sorte e futebol, e abria a possibilidade de mobilidade social para todos. Como incluía jogos de todo o país, fazia com que todos os resultados interessassem à toda a população, contribuindo para uma certa integração nacional. O futebol foi uma importante ferramenta neste projeto de integração, e o televisor foi parte deste objetivo. A TV consolidou-se como principal entretenimento, meio de comunicação e informação na sociedade brasileira nas décadas de 1960 e 1970, principalmente na classe média e na elite, os que podiam aceder ao bem. Durante o “Milagre Econômico” do período Médici, um dos focos da propaganda oficial foi o aumento momentâneo do poder de consumo da população, e uma dos exemplos era a compra de televisores (MATTOS, 2001).

Em paralelo, João Havelange se firmava como grande nome administrativo do esporte mundial. Após anos de campanha, que incluíram viagens pelo mundo e apresentações do time do Santos em diversos países, Havelange finalmente alcançou a presidência da FIFA em 1974. Em janeiro de 1975 foi afastado da CBD, que passou a ser dirigida pelo Almirante Heleno Nunes, intensificando a militarização do futebol brasileiro. Cada vez mais o esporte era centralizado nas mãos do regime, que na época

aprovou uma lei que impedia que os grandes clubes controlassem o calendário futebolístico, com cada federação ganhando o direito a um voto. Assim, o governo conseguiu o apoio das regiões com menos peso e tradição no futebol nacional. A principal consequência da mudança foi o aumento do número de clubes nos campeonatos. O regime conseguia atuar diretamente na presença ou não de determinados clubes, e foi na época da administração de Heleno Nunes que ficou conhecido o jargão “Onde o Arena vai mal, um time no nacional”, em referência ao aumento de participantes no Campeonato nacional (GUTERMAN, 2009).

Em 1979 o regime brasileiro se desgastava cada vez mais em uma crise institucional e econômica. No mesmo ano, a Lei da Anistia permite a volta ao país de muitos perseguidos políticos que se exilaram devido à repressão. No futebol, também ocorreriam importantes mudanças. Em setembro de 1979 a CBD foi extinta e criou-se a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), e o empresário Giulite Coutinho foi seu primeiro presidente. O Campeonato Brasileiro estava inchado, com 80 times disputando o título, resultado do uso político do evento pelos militares. Coutinho reestruturou o futebol brasileiro, tentando separá-lo um pouco da política nacional. Assim, em 1980 o Campeonato teve apenas 44 equipes.

No início da década de 80 o Brasil vivia a ânsia da abertura política, com as eleições livres para governador marcadas para 1982. Foi nesse clima de luta pela liberdade e restabelecimento do sistema democrático no país que o futebol brasileiro viveu uma experiência inédita que o marcou, e também a própria sociedade, a *Democracia Corinthiana*.

Incentivados e liderados pelo “Doutor” Sócrates – Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira, assim chamado por seus companheiros por ser além de jogador de futebol, médico- e pelo diretor de futebol Adílson Monteiro Alves, os jogadores (outros importantes nomes foram Walter Casagrande Júnior e Wladimir Rodrigues dos Santos) e demais profissionais corintianos decidiram que também era hora de colocar fim ao paternalismo e à truculência que dominavam o futebol brasileiro e seus dirigentes. Assim, propuseram uma nova relação entre todos: uma democracia.

Para Sócrates, era objetivo questionar toda a relação trabalhista do mundo do futebol e da vida dos atletas. Mas a proposta ia além: era também preciso propor soluções e formas de mudar as relações dominantes. O jogador deveria ser mais que

simples mão-de-obra, ele deveria participar das decisões do clube e do time, de maneira democrática, com o mesmo poder que o técnico, o diretor etc. Assim funcionava a *Democracia Corinthiana*, nas palavras do próprio Sócrates: Tudo era votado. Essa foi a ação mais concreta do processo. Dissemos: “a partir de hoje, o que for coletivo, nós vamos votar” (...) Qualquer questão era levada a voto. Qualquer um podia apresentar um assunto para a votação. Quando viajar? A que horas viajar? Onde concentrar? Tudo era discutido. (Sócrates In Sócrates e Gozzi, 2002, p.67)

Outras iniciativas importantes foram o fim da concentração para os jogadores casados e a participação proporcional para os atletas na renda obtida pelo clube. Aos jogadores cabia o compromisso, a dedicação e profissionalismo. A iniciativa sofreu oposição da maioria dos dirigentes e de parte da mídia, que se sentiam ameaçados por ela. Afinal, o objetivo da *Democracia Corinthiana* não se limitava aos campos, os jogadores queriam mais, e lutavam por mudanças estruturais na própria sociedade brasileira: “a gente também pode transformar a sociedade por meio do futebol. É o único meio, penso, que pode acelerar o processo de transformação da nossa sociedade porque é a nossa maior identidade cultural. Todos entendem de futebol. De política, nada” (Sócrates In Sócrates e Gozzi, 2002, p.58).⁵

A *Democracia Corinthiana* ultrapassou as fronteiras do futebol. Muitos artistas e pessoas públicas, corinthianos “de coração” decidiram apoiar a campanha, como a cantora Rita Lee e o publicitário Washington de Olivetto. Olivetto aceitou ser o novo responsável pelo marketing do clube (com a condição de que a posição não fosse remunerada), e foi quem passou a utilizar o nome *Democracia Corinthiana*, referência feita pelo jornalista José Carlos Amaral Kfourir, o Juca Kfourir. Foi justo nessa época que passou a ser permitido o uso de publicidade nos uniformes dos clubes, e Olivetto aproveitou não apenas para gerar fundos para o Corinthians, mas também para expandir as propostas do próprio movimento, com mensagens sociais e de cidadania. Uma delas foi a favor das eleições diretas para governador em novembro de 1982, a primeira desde 1964, com os dizeres “Dia 15 Vote”. Outra, simplesmente dizia “Democracia

⁵Os jogadores sabiam que para mostrar o sucesso dessa experiência, era preciso mostrar o êxito em campo. Depois de uma década de crise e um ano crítico em 1981, o Corinthians foi bicampeão paulista em 1982 e 1983 (por pouco não conquistou o tricampeonato em 1984), chegou duas vezes à semifinal do campeonato brasileiro e quase conseguiu uma vaga na Copa Libertadores da América, além de importantes vitórias em encontros amistosos internacionais.

Corintiana”. Porém, a campanha não foi bem vista pelos militares, como afirmou posteriormente Waldemir Pires, então presidente do clube: “O brigadeiro Jerônimo Bastos, presidente do Conselho Nacional de Desportos (CND) na época, me chamou no Rio de Janeiro e disse: ‘Vocês não podem utilizar esse espaço para fins políticos’. Ele pediu que tirássemos a mensagem e nós o fizemos” (Waldemar Pires In Sócrates e Gozzi, 2002, p.86). Mais uma vez, a ditadura intervinha de forma direta no futebol nacional.

A experiência extrapolou os limites esportivos. Muitos dos envolvidos filiaram-se a partidos políticos e participaram de forma ativa do movimento conhecido como *Diretas Já!*, no ano de 1983 e início de 1984, comparecendo a palanques e divulgando entre a população a luta pelo direito a eleições diretas para presidente do país. Sócrates, inclusive, afirmou que se a Emenda Constitucional Dante de Oliveira (que propunha as eleições diretas) não fosse aprovada, deixaria o país. O Congresso não aprovou a Emenda e Sócrates foi jogar na Itália. Era o início do fim da *Democracia Corintiana*.

A saída de Sócrates e a mudança na diretoria do clube, com a derrota de Adílson Monteiro Alves nas eleições de 1984 foram um duro golpe para o movimento, que não resistiu. O Corinthians retornou à estrutura anterior, autoritária e patriarcal, nos velhos moldes dos “cartolas” do futebol brasileiro, que prevalece ainda hoje.

Antes de sua retirada em 1985, os militares ainda governariam no momento de outra Copa do Mundo, a de 1982, na Espanha. O evento ocorreu na mesma época em que o Corinthians mostrava ao país que democracia também se faz nos campos de futebol, e o clima de euforia contagiava a seleção. Depois de uma década marcada pela militarização da seleção de futebol, a geração de 82 mostrava o retorno ao futebol-arte. O time liderado por Telê Santana encantava o mundo, e chegou à Espanha como favorito, mas não levou o título. No ano seguinte, uma tragédia esportiva: a taça Jules Rimet, que o Brasil conquistou definitivamente no tricampeonato em 1970, foi roubada da sede da CBF no Rio de Janeiro e derretida. Neste pesado clima esportivo, outra decepção na política deixaria o cenário ainda mais negativo. Em 1984, com a derrota da emenda por eleições presidenciais diretas no Congresso Nacional, o brasileiro voltou a sentir a sensação de impotência e derrota como parte de sua realidade.

Em 1985, em eleições indiretas, o Colégio Eleitoral elegeu Tancredo Neves como presidente. Após 21 anos, os militares devolviam o poder aos civis, era o fim da ditadura e o retorno da democracia. Mesmo que feita nos moldes militares, a sociedade recebeu a notícia da transição com muitas expectativas.

Esse era o retrato de um país que tentava se restabelecer democraticamente depois de 21 anos de um regime autoritário que deixou profundas marcas na sociedade. Chegava ao fim também uma etapa histórica do Brasil e de seu futebol. Os anos seguintes seriam de consolidação da democracia e do modelo globalizado de esportes, cada vez mais dirigido pelo capital internacional. E o principal esporte nacional passaria a estar também sob os interesses do marketing e de seu capital, porém sem nunca se afastar de interesses políticos

Bibliografia

Fontes:

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

AGOSTINO, Gilberto. *Vencer ou morrer – futebol, geopolítica e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

ALABARCES, Pablo. “Tropicalismos y europeísmos: la narración de la diferencia entre Argentina y Brasil a través del fútbol”. In: GASTALDO, Edison Luis; GUEDES, Simoni Lahud (Orgs.). *Nações em Campo: Copa do Mundo e identidade nacional*. Niterói: Intertexto, 2006. p. 147-164.

ANTUNES, Fátima M. R. F. *Com brasileiro, não há quem possa!* Futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mario Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. *Futebol – uma paixão nacional*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BUFALI, Andrés Alberto; BOIMVASER, Jorge Daniel; CECCHINI, Daniel Guillermo. *El libro negro de los Mundiales de Fútbol*. Buenos Aires: Planeta, 1994.

CALDAS, Waldenyr. *O pontapé inicial – memória do futebol brasileiro*. São Paulo: Ibrasa, 1990.

DAMO, Arlei Sander. “O ethos capitalista e o espírito das Copas”. In: GASTALDO, Edison Luis; GUEDES, Simoni Lahud (Orgs.). *Nações em Campo: Copa do Mundo e identidade nacional*. Niterói: Intertexto, 2006. p. 39-72.

D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; SOARES, Glaúcio Ary Dillon (Orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004. p. 15-28.
- FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- GASTALDO, Edison Luis; GUEDES, Simoni Lahud. “De pátrias e de chuteiras”. In: _____. (Orgs.) *Nações em Campo: Copa do Mundo e identidade nacional*. Niterói: Intertexto, 2006. p. 7 12.
- GILBERT, Abel; VITAGLIANO, Miguel. *El terror y la gloria – La vida, el fútbol y la política en la Argentina del Mundial 78*. Buenos Aires: Editorial Norma, 1998.
- GIULIANOTTI, Richard. *Sociologia do futebol – dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.
- GUEDES, Simoni Lahud. “De criollos e capoeiras: notas sobre futebol e identidade nacional na Argentina e no Brasil”. In: GASTALDO, Edison Luis; GUEDES, Simoni Lahud (Orgs.). *Nações em Campo: Copa do Mundo e identidade nacional*. Niterói: Intertexto, 2006. p. 127-146.
- GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil*. Uma história da maior expressão popular do país. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- MAGALHÃES, Livia G. *Trece jugadores en campo*. Medios de comunicación, dictaduras militares y Mundiales de Fútbol en Brasil y Argentina. Dissertação (Mestrado)– UNSAM, Buenos Aires, 2008.
- _____. *Histórias do Futebol*. São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.
- MATOS, Heloíza. “O discurso político oculto na comunicação do Governo Médici”. *Líbero*, São Paulo, ano VI, n. 12, 2002.
- MATTOS, Sérgio. “O contexto teórico e histórico da periodização da televisão”. *Unisaber: Revista da Unibahia*, Lauro de Freitas (BA), ano I, n. 1, p. 89-119, dez. 2000; maio 2001.
- MÁXIMO, João. “Memória do Futebol Brasileiro”. *Revista Estudos Avançados – Dossiê Memória*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo, v. 13, n. 37, p. 179-188, set./ dez. 1999.
- MILLIET, Raul (Org.) *Vida que segue – João Saldanha e as copas de 1966 e 1970*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fabio Sá. “O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)”. In: FERREIRA, Jorge;
- RODRIGUES, Ernesto. *Jogo Duro*. A história de João Havelange. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- RODRIGUES FILHO, Mário. *O Negro no Futebol Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SALVADOR, Marco A.; SOARES, Antonio J.; BARTHOLLO, Tiago Lisboa. “Copa de 70: o planejamento México”. In: GASTALDO, E. L.; GUEDES, Simoni Lahud (Org.). *Nações em Campo: Copa do Mundo e identidade nacional*. Niterói: Intertexto, 2006. p. 103-123.

SOARES, Antonio J. “História e invenção de tradições no futebol brasileiro”. In: ALABARCES, Pablo (Org.). *Peligro de Gol*. Estudios sobre deporte y sociedad en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 113-142.

SÓCRATES; GOZZI, Ricardo. *Democracia Corintiana – A utopia em jogo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.